

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Medicina
Graduação em Nutrição

Taís Martins da Silva

**A contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar no
Desenvolvimento Rural dos territórios do Litoral e dos Campos de
Cima da Serra, no Rio Grande do Sul**

Porto Alegre, 2015

Taís Martins da Silva

**A contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar no
Desenvolvimento Rural dos territórios do Litoral e dos Campos de
Cima da Serra, no Rio Grande do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Nutrição, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza

Co-orientadora: Ms. Fernanda Camboim Rockett

Porto Alegre, 2015

CIP - Catalogação na Publicação

Martins da Silva, Taís

A contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Desenvolvimento Rural dos territórios do Litoral e dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul / Taís Martins da Silva. -- 2015.
59 f.

Orientadora: Gabriela Coelho-de-Souza.
Coorientadora: Fernanda Camboim Rockett.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, Curso de Nutrição, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Alimentação Escolar. 2. Desenvolvimento Rural.
3. Segurança Alimentar e Nutricional. I. Coelho-de-Souza, Gabriela, orient. II. Camboim Rockett, Fernanda, coorient. III. Título.

Taís Martins da Silva

**A contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar no
Desenvolvimento Rural dos territórios do Litoral e dos Campos de
Cima da Serra, no Rio Grande do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Nutrição, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:

Profa. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza

Co-orientadora:

Ms. Fernanda Camboim Rockett

Banca examinadora:

Prof^a Dra. Ana Beatriz Almeida de Oliveira

Prof^a. Dra. Daniela Garcez Wives

Porto Alegre, 2015

FORMATO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Este trabalho de Conclusão de Curso segue o formato proposto pela Coordenação de Curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo estruturado nos seguintes tópicos:

1. Resumo
2. Referencial Teórico
3. Justificativa
4. Objetivos
5. Referências
6. Manuscrito original a ser submetido à Revista Segurança Alimentar e Nutricional
7. Normas da Revista de Interesse de Submissão

AGRADECIMENTOS

A graduação nos proporciona experiências e trocas únicas, e nos permite o convívio com pessoas que certamente não passam por nossa vida em vão. Então, este momento nos permite agradecer aos que foram essenciais para a conclusão desta etapa.

Agradeço primeiramente à minha família: meus irmãos, o que está perto, pela compreensão, apoio e preocupação, e a que não está tão perto quanto gostaria, por todas as palavras de carinho e apoio, e por sempre estar disponível a me escutar, e principalmente aos meus pais, que são os grandes responsáveis por estar onde estou, por todo apoio e todo exemplo de força, trabalho e superação, sem nunca deixar de lado o amor, o carinho e o cuidado.

Agradeço às minhas tias e minhas primas, muito amadas, por compartilharem de todos os momentos de alegria e dificuldade que tive durante este período.

Agradeço a todos os professores que participaram da minha formação e contribuíram para meu crescimento profissional dentro da temática da Nutrição, e também para meu desenvolvimento pessoal.

Agradeço à minha orientadora, Gabriela, que não poderia fazer melhor papel durante todo o desenvolvimento deste trabalho, sempre me dando todo suporte necessário para que eu me desenvolvesse da melhor maneira possível.

À minha co-orientadora, Fernanda e à equipe do CECANE-UFRGS pelas trocas de experiências e suporte durante a coleta de dados deste trabalho.

Aos meus colegas, por todas as conversas e trocas, que me proporcionaram crescimento e desenvolvimento. Como não poderia deixar de ser, agradeço em especial à Angélica, que foi um dos maiores presentes da graduação e uma das responsáveis por eu me interessar pela temática da Segurança Alimentar e Nutricional, sempre me estimulando a discutir, questionar e crescer. Agradeço também à Bruna, minha companhia diária durante o maior período de elaboração deste trabalho, por todas as palavras de carinho e pelo suporte durante os momentos de dificuldades.

E, para finalizar, agradeço ao meu querido Mateus, por toda paciência e compreensão durante todos os momentos de graduação, pela parceria, cuidado e amor.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A política de Desenvolvimento Territorial tem como um dos seus objetivos o fortalecimento da agricultura familiar presente nos Territórios Rurais reconhecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo programa na área de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil, e vai ao encontro da política de desenvolvimento territorial ao exigir a obrigatoriedade da aquisição de, no mínimo 30%, de alimentos provenientes de agricultores familiares na Alimentação Escolar dos municípios, priorizando-se agricultores locais, seguidos de agricultores do território rural, com o objetivo de dinamizar a economia, contribuindo para a geração de emprego e renda. Por estes avanços serem recentes, o papel do PNAE como agente fortalecedor desta política ainda não está bem elucidado. **OBJETIVO:** o objetivo deste trabalho é analisar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir de indicadores educacionais, de recursos, de produção e de abastecimento das escolas, analisando as potencialidades e limitações do programa na dinamização do desenvolvimento dos Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra e Litoral, no Rio Grande do Sul. **METODOLOGIA:** foi realizado levantamento de dados em plataformas como a do OBSSAN-RS, do FNDE, referentes ao Censo Agropecuário, de 2006, e Censo Escolar, de 2014, respectivamente. Também foram realizadas entrevistas com Nutricionistas responsáveis pela Alimentação Escolar em 43,2% dos 37 municípios pertencentes aos Territórios Rurais. **RESULTADOS:** Observou-se a compra de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE é realizado em todos os municípios analisados, entretanto, a compra de alimentos produzidos ainda não encontra-se bem implementada. **CONCLUSÕES:** Podemos observar que, apesar de ocorrer a compra de produtos da agricultura familiar pelo PNAE, o programa ainda não é priorizado pelos gestores municipais como estratégia para o fortalecimento do desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar, desenvolvimento territorial, Segurança Alimentar e Nutricional, agricultura familiar.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Agricultura Familiar

AE – Alimentação Escolar

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CCS – Território Rural Campos de Cima da Serra

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CNA – Comissão Nacional de Alimentação

EE – Entidade Executora

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronan – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS – Serviço de Alimentação e Previdência Social

SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SUMÁRIO

1 REFERENCIAL TEÓRICO	8
1.1 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: o encontro da política de Segurança Alimentar e Nutricional com a Política Territorial.....	14
2 JUSTIFICATIVA	20
3 OBJETIVOS	21
3.1 OBJETIVO GERAL	21
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22
5 ARTIGO ORIGINAL A SER SUBMETIDO À REVISTA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ISSN 2316-297X	25
6 NORMAS DA REVISTA DE INTERESSE DE SUBMISSÃO	54

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta o histórico de desenvolvimento das políticas de alimentação na educação no contexto brasileiro, desde a década de 1930. Em sua evolução fica evidenciado o trabalho em conjunto entre educação, desenvolvimento social e desenvolvimento agrário.

As políticas de combate à fome no Brasil surgiram no ano de 1939, onde a partir dos inquéritos alimentares coordenados por Josué de Castro, foi criado o Serviço Central de Alimentação, pelo decreto lei nº 1.469 de 1º de agosto de 1939 (MALUF, 1996). Este serviço foi absorvido no ano seguinte pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que foi criado por Getúlio Vargas e tinha o objetivo de “melhorar a alimentação do trabalhador e, conseqüentemente sua resistência orgânica e capacidade de trabalho mediante a progressiva nacionalização dos seus hábitos alimentares com baixo custo.” (SILVA, 2006, ANDRADE, 2008 apud MACEDO, 2009, p.34).

A partir do SAPS foram criados diversos programas de assistência alimentar que são vigentes até os dias atuais, como os Restaurantes Populares e a Merenda Escolar. Este Serviço firmou-se mais no Rio de Janeiro, onde mantinha seis Restaurantes Populares e oferecia um programa de desjejum escolar, onde eram oferecidas refeições à base de leite, frutas e pão. (SILVA, 1995)

Em 1945 a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) foi instalada com os objetivos de construir a Política Nacional de Alimentação, estudar o estado de nutrição e hábitos alimentares da população, acompanhar e estimular pesquisas relativas à alimentação e corrigir defeitos e deficiências da dieta brasileira estimulando campanhas educativas (SILVA, 1995).

No ano de 1955, a CNA institucionalizou o Programa Nacional de Merenda Escolar, que no mesmo ano transformou-se em Campanha Nacional de Merenda Escolar (SILVA, 2006). Inicialmente o programa tinha como um dos seus objetivos melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir os índices de evasão e repetência, dessa forma, melhorando o rendimento escolar (ABREU, 1997 apud TRICHES, 2010). Sob o controle do Ministério da Educação e com apoio do Fundo Internacional do Socorro à infância, a campanha expandiu-se rapidamente, e em 1968, dados oficiais já registravam uma cobertura de 9,5 milhões de crianças, que

correspondiam a 75% das matrículas no ensino fundamental, e a distribuição de mais de 50.000 toneladas de alimentos por ano (SILVA, 1995).

Durante as décadas de 1950 e 1960, a maior parte da verba do programa e dos alimentos oferecidos para os escolares eram provenientes de organismos internacionais. Além disso, o programa apresentava outras limitações como a falta de preocupação com a adequação cultural e com a aceitabilidade dos alimentos oferecidos à população escolar, a descontinuidade no atendimento, a má qualidade dos alimentos oferecidos e a restrição a uma única refeição diária (PEIXINHO, 2013; TRICHES, 2012). Neste período, o Brasil ainda passava por um processo de crescimento das cidades e das indústrias. Dessa forma, a produção agrícola passou a atender os interesses do capital industrial, principalmente para absorver os insumos e os meios de produção, na forma de tratores e equipamentos. Assim, a agricultura de pequena produção, que tinha como objetivo a produção de alimentos básicos, avançava com dificuldades, sem apoio governamental (ROCHA, 2012).

O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) foi criado em 1972 vinculado ao Ministério da Saúde e assumindo atribuições da extinta CNA. Sua criação foi favorecida após a III Reunião Especial dos Ministros de Saúde das Américas, realizada em Santiago do Chile no mesmo ano, onde foi assinalada a necessidade de se efetuar mudanças na condução das políticas sociais. (ARRUDA, 2007). Os atributos do INAN eram: formular a Política de Alimentação e Nutrição, propor o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan) e promover, fiscalizar e avaliar seus resultados. Os públicos-alvo deste programa eram gestantes, nutrízes, crianças até sete anos com baixa renda e escolares de sete a 14 anos. (SILVA, 1995).

O primeiro Pronan (1973-1974) teve sua execução prejudicada por dificuldades administrativas (SILVA, 1995), e no ano de 1975 foi firmado o convênio entre INAN e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a fim de constituir a equipe técnica para realizar estudos no campo da alimentação e nutrição e implementar o II Pronan, tendo presentes os delineamentos estabelecidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (ARRUDA, 2007). O programa ofereceu o primeiro modelo de uma política nacional e mostrou-se inovador, pois tratava a desnutrição como uma doença social e incluía: suplementação alimentar de gestantes, nutrízes, crianças de zero a seis anos, escolares de sete a catorze anos e trabalhadores de mais baixa renda; racionalização do sistema de produção e

comercialização de alimentos, com enfoque no pequeno produtor rural; combate às carências específicas; e apoio à realização de pesquisas e capacitação de recursos humanos. Outro caráter inovador do programa foi a atuação integrada de diversos ministérios, a fim de se retirar o máximo proveito de todas as possibilidades de intervenção, para se conseguir um impacto mais significativo (SILVA, 1995; ARRUDA, 2007; VASCONCELLOS, 2005).

Um dos principais desafios do Pronan era a política de fortalecimento do pequeno agricultor, responsável por grande parte do abastecimento de alimentos básicos no Brasil. Através do estímulo da produção destes alimentos em áreas menos favorecidas e garantia de compra da produção dos pequenos agricultores, objetivou-se desencadear uma transformação no rural, com consequências benéficas. Para isso, foi necessário rever as diretrizes relativas a subsídios, créditos, financiamento, assistência técnica, pesquisa e preços mínimos a fim de fortalecer o pequeno produtor e gerar impactos sociais mais significativos (ARRUDA, 2007).

Também a partir do Pronan, no ano de 1979, a Merenda Escolar passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sob comando do Ministério da Educação e Cultura (SILVA, 1995; PEIXINHO, 2011; VASCONCELLOS, 2005). O programa permaneceu sob comando do Ministério da Educação e Cultura até o ano de 1983, onde foi assumido pela Fundação de Assistência ao Educando (FAE), extinta em 1997, quando o PNAE passou a ser coordenado pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BELIK, 2009). A partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988, artigo 208, inciso VII), no ano de 1988, o Estado passou a assegurar o direito universalizado à alimentação escolar a todos os alunos de ensino fundamental da rede pública, a ser garantido pelos governos federal, estaduais e municipais. (PEIXINHO, 2013).

No ano de 1994, através da Lei 8.913/1994, a alimentação escolar passou a ser gerenciada de forma descentralizada, prevendo a municipalização e a participação comunitária na política. Foram criados os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) nos municípios, Estados e Entidades Executoras, visando à participação de membros da comunidade escolar e da sociedade civil nas diversas interfaces do programa. A Presença dos CAE se tornou obrigatória a partir do ano 2000 (PEIXINHO, 2013).

Neste mesmo ano, em consequência da reivindicação de agricultores familiares, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que dois anos depois, já no governo Fernando Henrique Cardoso, foi reformulado dando origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sob comando do Ministério da Agricultura. Este programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, através de apoio técnico e financeiro, a fim de promover o desenvolvimento rural sustentável. Em 1999, o programa foi incorporado pelo recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde foi criada a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que passou a ser o guarda-chuva institucional de diversas linhas de ação do PRONAF e de outros programas ligados à agricultura familiar (Schneider, 2004).

Quanto à alimentação escolar, em 14 de dezembro de 1998, com a publicação da Medida Provisória nº 1.784, o FNDE passou a ser o responsável pela transferência automática dos recursos financeiros do programa para os estados e municípios, consolidando a descentralização (TRICHES, 2012). Já em 2001, a Medida provisória nº 2178 de 28 de agosto de 2001 tornou obrigatório o percentual de 70% dos recursos provenientes do FNDE para a aquisição de gêneros básicos, devendo-se respeitar os hábitos alimentares regionais, a vocação agrícola do município e promovendo o desenvolvimento local (SARAIVA, 2013). Nessa época, o valor diário *per capita* repassado era de R\$0,13 e se manteve até o ano de 2003. (TRICHES, 2012).

Em 31 de Janeiro de 2003, no início do governo Lula, é lançado o Programa Fome Zero, uma das prioridades do governo da época. O programa compreendia um conjunto de ações integradas, com o objetivo de erradicar a fome e implementar a política de segurança alimentar e nutricional no país. Estas ações agrupam três modalidades de intervenção denominadas políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais. Para cumprir seus objetivos, o programa envolveu todos os ministérios, a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (VASCONCELOS, 2005).

O programa Fome Zero propiciou a revisão dos programas alimentares, e o objetivo do PNAE foi alinhado à política de Segurança Alimentar e Nutricional e passou a ser:

Art. 2º O PNAE tem como objetivo suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, com vistas a garantir a implantação da política de Segurança Alimentar e contribuir para a formação de bons hábitos alimentares. (TRICHES, 2012, p.82)

Neste primeiro momento, houve um aumento dos recursos federais alocados, que no ano de 2006 chegaram a ser implementados R\$0,22 por criança. Quanto ao público atendido, o programa passou a cobrir não somente os alunos de ensino fundamental e pré-escola, como também as creches. Essa cobertura foi estendida em 2009, quando passou a atender também os alunos de ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, para escolares indígenas e quilombolas, o recurso repassado passou a ser R\$0,44, em 2004, e R\$0,60, em 2010. Neste mesmo ano, o valor repassado para os demais alunos passou para R\$0,30 (TRICHES, 2012).

Outra importante ação do Programa Fome Zero foi a criação do Programa Aquisição de Alimentos (PAA), através da Lei nº 10.696. Ele foi criado para facilitar a compra de alimentos da agricultura familiar local para a alimentação escolar e outras instituições cujo público alvo estivesse em risco de insegurança alimentar (SARAIVA, 2013; TURPIN, 2008). Este programa tem por objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade e regularidade aos indivíduos em insegurança alimentar e nutricional, a inclusão social no rural e a redução do êxodo rural. A gestão do programa é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) juntamente com os governos estaduais, municipais, sociedade civil, organizações da Agricultura Familiar e rede de entidades socioassistenciais. As reformulações do MDA no início do Governo Lula, no ano de 2003, voltaram-se sobre a estrutura desse ministério que passou a contar com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). A SDT criou a Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). O programa tinha como objetivos o planejamento, implementação e auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, além do fortalecimento e dinamização das suas economias. Para isto, foram adotados quatro eixos de ação: a) Gestão social dos territórios; b) Fortalecimento do Capital Social; c) Dinamização das Economias Territoriais; e d) Articulação interinstitucional (TURPIN, 2008).

A SDT considera os territórios rurais como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais que se relaciona interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA/SDT/CONDRAF, 2003 apud SCHNEIDER, 2004). O programa busca na abordagem territorial uma visão integrada de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Esta abordagem considera a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social.

Desde 2004 a SDT implementa a estratégia de desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial visando o desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades regionais e sociais e integração das dinâmicas territoriais ao processo de desenvolvimento nacional. No Brasil Atualmente são apoiados 239 territórios rurais abrangendo 3.568 municípios, (64,3% do total do país) e que reúne mais de 76 milhões de habitantes. O estado do Rio Grande do Sul atualmente possui dezoito territórios homologados (figura 1): Território da Cidadania Zona Sul, Território da Cidadania Região Central, Território da Cidadania Noroeste Colonial, Território da Cidadania Médio Alto Uruguai, Território Missões, Território Alto Uruguai, Território Centro Serra, Território Pacto Novo Rio Grande, Território Pampa, Território Fronteira Noroeste, Território Centro Sul, Território Produção, Território Nordeste, Território Vale do Caí, Território Vale do Taquari, Território Vale do Rio Pardo, Território Litoral e Território Campos de Cima da Serra. Ao todo, os territórios incluem 432 municípios, 87% do total do estado.

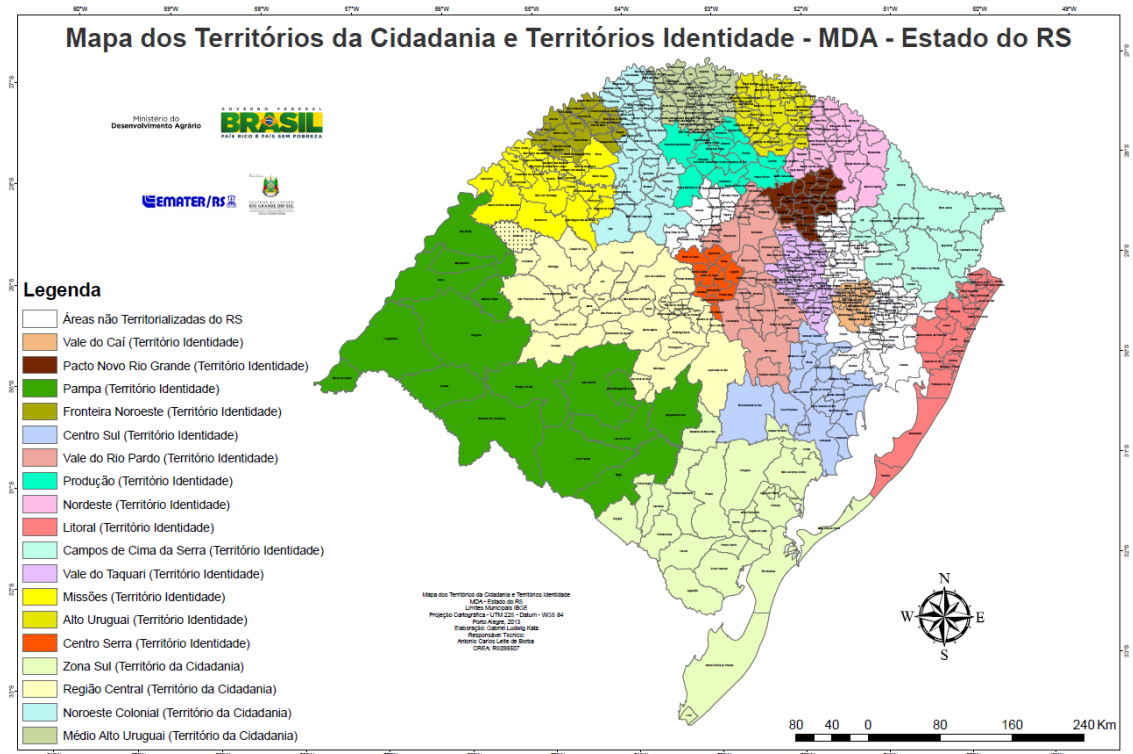


Figura 1 - Mapa dos Territórios do Estado do Rio Grande do Sul.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

1.1 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: o encontro da política de Segurança Alimentar e Nutricional com a Política Territorial

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o mais antigo programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Esta política pública, que é gerenciada pelo FNDE, autarquia do Ministério da Educação (MEC), atende de forma complementar todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas, federais, filantrópicas, comunitárias e confessionais do país, segundo os princípios do Direito Humano à alimentação adequada (DHAA) e da SAN, sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal e de garantia do DHAA (BRASIL, 2014).

Em 2009, através da lei nº 11.947/2009 e da Resolução CD/FNDE nº 38/2009 foram estabelecidas as diretrizes de execução do PNAE. Como principal avanço, podemos citar o percentual para compra de alimentos, onde, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE devem ser destinados à compra de alimentos,

preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar local, regional ou nacional, priorizando-se assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (SARAIVA, 2013). A resolução acima foi substituída pela nº 26 em 2013, e atualmente, a resolução vigente é a nº 4 de 2015. Esta lei abriu precedentes para a construção de mercados para agricultores familiares locais, de forma direta, através das compras institucionais para a alimentação escolar, e, de forma indireta, por ser um instrumento que, muitas vezes, possibilita a organização dos agricultores, os quais ganham maior visibilidade no mercado local, podendo assim inserir-se em feiras, entre outros espaços favoráveis a esta comercialização. Dessa forma, pode ser colocada a questão do fomento à formalização e cooperação entre os agricultores, o que muitas vezes possibilita o acesso a outros mercados.(FERNANDES, 2013). Assim, a lei pretende atingir um dos objetivos complementares do programa, que é dinamizar a economia local, contribuindo para a geração de emprego e renda (BRASIL, 2014). Ainda ressalta-se que, na Resolução nº04/2015, o artigo 25 traz como prioridade de compra, os projetos de venda habilitados, divididos nos seguintes grupos, por ordem de prioridade: grupo de projetos de fornecedores locais, grupos de projeto do território rural, grupos de projeto do estado, e grupo de propostas do país.

A Política Nacional de Alimentação Escolar também é uma das principais políticas em SAN. O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) adotado mais recentemente no Brasil, a partir da II Conferência Nacional da SAN, realizada em Olinda (Pernambuco) em março de 2014 é o seguinte:

a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CONSEA, 2006, p.12).

De acordo com a Lei nº 11.947/2009, também intitulada Lei da Alimentação Escolar, o objetivo do PNAE é:

contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas

necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola (BRASIL, 2013, p. 13).

Dentro da Lei, cabe ressaltar a diretriz VI:

o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL, 2013, p.2.)

Como objetivos complementares, além do já citado anteriormente, a Cartilha de Nacional de Alimentação escolar (BRASIL, 2014) destaca: envolver todos os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) na execução do Programa; estimular o exercício do controle social e respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícola locais.

Desta forma, os programas de alimentação escolar, segundo a FAO (2007), são fundamentais para reduzir a pobreza e a desigualdade social tendo em vista que provém alimento seguro e sustentável aos menores em idade escolar, auxiliam na redução do abandono escolar e das dificuldades de aprendizagem; auxiliam na integração social e comunitária, contribuindo com a formação de capital social via participação de pais, professores e autoridades locais no processo de distribuição, armazenamento preparação e entrega de alimentos, contribuem para a mobilização de recursos locais por meio da compra de alimentos de pequenos produtores e utilização de recursos originários da comunidade e promovem a inserção de crianças e indígenas na escola e comunidade, integrando enfoques de gênero sem discriminação por raça (BELIK, 2009).

Como citado anteriormente, no ano de 2000, o governo federal estabeleceu que, para o FNDE repassar os recursos para a alimentação escolar nos municípios, é necessária a existência obrigatória dos Conselhos de Alimentação Escolar. Este fator é um diferencial do PNAE dos diversos programas de alimentação escolar existentes em diversos países, pois visa a participação de membros da comunidade escolar e da sociedade civil como mecanismo de controle social do programa (PEIXINHO, 2011).

O Controle Social (CS) é uma ferramenta reconhecida pela Constituição de 1988, para exercício e fortalecimento da democracia representativa e participativa na

formulação, gestão e controle de políticas públicas. Em um país como o Brasil, que tem como característica a descentralização dos órgãos públicos, um controle social mais atuante torna-se necessário, pois contribui para a correta aplicação dos recursos públicos, atendendo efetivamente às necessidades da população (INSTITUTO KAIRÓS, 2011).

O CAE funciona como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do programa nos municípios, e é composto por um representante do poder Executivo, um representante do poder Legislativo, dois representantes dos professores, dois representantes de pais de alunos e um representante de outro segmento da sociedade local (INSTITUTO KAIRÓS, 2011; PEIXINHO, 2013).

Dentre as principais funções dos CAE, podemos citar: acompanhar a aplicação dos recursos federais, zelar pela qualidade dos produtos adquiridos, supervisionar as práticas de higiene da unidade de alimentação escolar, verificar a aceitação da alimentação pelos alunos e o cumprimento do cardápio com as recomendações e emitir um parecer anual sobre as prestações de contas dos recursos executados no município por meio do PNAE. Este parecer pode fazer com que os futuros repasses sejam interrompidos, caso seja verificada alguma irregularidade (BELIK, 2009; PEIXINHO, 2011).

A atuação do CAE promove a transparência nas relações sociais aproximando o poder público aos pais de alunos e à sociedade civil organizada. Em resumo, a gestão local dos recursos da alimentação escolar reforça o sentimento de pertencimento comunitário (BELIK, 2009). De acordo com o autor o espaço escolar pode funcionar como ponto de encontro da comunidade, promovendo educação, boa nutrição e integração dos grupos mais vulneráveis.

Neste contexto, a escola assume o papel de um centro de referência em SAN, tendo os programas de educação alimentar como seus agentes condutores. Desta forma, poderia se abrir um novo horizonte para que as comunidades pudessem participar de um novo desenho das políticas de SAN no Brasil. A participação popular pressupõe o “empoderamento” dos atores e tem se tornado a “nova política da política pública” que promove a cidadania e tem grande potencial de revitalizar a democracia (GAVENTA, 2007 apud BELIK, 2009). Neste contexto, a política de desenvolvimento territorial encontra-se em consonância com o PNAE, ao passo que propõe o fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação.

Portanto, não podemos vislumbrar os Programas de Alimentação Escolar como unicamente voltados para alimentação e nutrição da comunidade escolar.

1.1.2 Agricultura Familiar na alimentação escolar como ferramenta para desenvolvimento territorial.

O apoio aos agricultores familiares como forma de estimular a produção de alimentos sustentáveis é considerado essencial, não só por sua capacidade de geração de ocupação e de renda, como também pela maior diversidade e oferta de alimentos de qualidade, menor custo com transporte, confiabilidade do produto, preservação do hábito regional e da produção artesanal, promovendo uma conexão entre o campo e a cidade (SARAIVA, 2013).

As ações vinculadas ao PNAE no modelo descentralizado concentram-se no estímulo ao associativismo e à profissionalização dos produtores agrícolas familiares. Neste modelo, a prefeitura torna-se agente promotor da associação entre alimentação escolar e desenvolvimento local. Desta forma, é possível gerar estímulos sobre a pequena produção agropecuária, que tem vantagens no que diz respeito à logística e ao preço e qualidade dos produtos, além da maior oferta de produtos *in natura* e de uma alimentação variada e mais condizente com os hábitos da região (BELIK, 2009; PEIXINHO, 2011).

Assim, podemos destacar que a compra de alimentos da agricultura familiar local para a alimentação escolar traz benefícios tanto para os alunos e a administração pública quanto para os produtores envolvidos e a economia da região, visto que os recursos do governo municipal são investidos na própria localidade, aumentando a riqueza local. Dessa forma, ao direcionar os recursos para os agricultores locais, a administração pública promove o aumento da receita desse segmento e desconcentra a renda, estimulando também outras atividades (TURPIN, 2008).

Para o agricultor, a aquisição representa a abertura de um mercado com preços mais justos e garantia de continuidade de fornecimento, além de o Estado representar uma fonte pagadora segura (TURPIN, 2008; PEIXINHO, 2011). Já para a administração pública, podemos citar como vantagens o acesso direto e periódico dos responsáveis técnicos à produção e ao agricultor, além da facilidade de negociação quanto à forma e volume das entregas (TURPIN, 2008). Além disso,

destaca-se a oferta crescente de produtos diversificados, frescos e saudáveis para serem ofertados para o programa (PEIXINHO, 2011).

Associado a estes fatores, podemos citar o desenvolvimento sustentável ao se criarem condições para a prefeitura elaborar ações integradas que estimulem os agricultores a adotarem práticas agroecológicas. Ademais, quando os produtores estão integrados em uma gestão sustentável, tendem a manter-se compromissados com a busca permanente da sustentabilidade ecológica, cultural, econômica e social da sua região (TURPIN, 2008).

O desenvolvimento e a consolidação do PNAE ao longo dos anos no sentido de uma alimentação saudável, ajustado com os princípios de SAN, bem como a transferência da sua administração para o nível local e a preocupação em definir regras que estimulasse o Desenvolvimento Local por parte do Governo Federal, demonstram que a Alimentação Escolar possui um amplo potencial de transformar a realidade local por meio do apoio aos pequenos produtores. (TURPIN, 2008).

Assim, pressupõe-se que a introdução do PNAE na política de desenvolvimento Local pode ser considerada um componente importante da transversalidade de ações e cooperação entre os agentes locais e esferas superiores no sentido de se chegar ao desenvolvimento pretendido. Deste modo, o programa pode atuar como um mecanismo de inserção competitiva no mercado institucional de segmentos tradicionalmente marginalizados, como os agricultores familiares, com o objetivo de se alcançar melhorias significativas na eficiência e na competitividade sistêmica e, conseqüentemente, maior apropriação e circulação de riqueza nos municípios e localidades (TURPIN, 2008).

2. JUSTIFICATIVA

As políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional vêm sendo consideradas como prioritárias nas últimas décadas no Brasil. Dentre elas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar sofreu diversas modificações ao longo dos últimos anos, sendo considerada uma política de garantia de Segurança Alimentar e Nutricional, tanto para os escolares, quanto para a comunidade, através de ações como as que visam o fortalecimento da agricultura familiar.

A política de desenvolvimento territorial, apesar de recente quando comparada ao PNAE, foi criada com o intuito de ser uma nova proposta de estratégia para o desenvolvimento rural. Assim, ambas as políticas se encontram, ao passo que tem como um dos enfoques principais garantir a Segurança Alimentar e Nutricional em populações que se encontram em maior situação de vulnerabilidade.

Apesar de as diretrizes do PNAE priorizarem o fortalecimento da agricultura familiar, com enfoque no desenvolvimento local, o papel do PNAE como agente fortalecedor da política de desenvolvimento territorial ainda não se encontra bem elucidado na literatura. Dessa forma, este trabalho buscou analisar a situação atual do Programa Nacional de Alimentação em dois territórios rurais do Rio Grande, a fim de verificar se o PNAE pode ser considerado um agente uma estratégia a ser fortalecida para o desenvolvimento territorial.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Analisar a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Desenvolvimento Rural dos territórios Litoral e Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever a execução do PNAE a partir de indicadores educacionais, de recursos e de abastecimento nos territórios rurais dos Campos de cima da Serra e Litoral do Rio Grande do Sul;
- b) Analisar as potencialidades e limitações do programa na implementação das políticas nos territórios rurais dos Campos de Cima da Serra e Litoral do Rio Grande do Sul.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Bertoldo Kruze Grande de; ARRUDA, Ilma Kruze Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 3, n. 7, p. 219-326, set. 2007.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 5, n. 22, p. 595-607, out. 2009.

BELIK, Walter; SOUZA, Luciana Rosa de. Algumas reflexões sobre programas de alimentação escolar na América Latina. **Planejamento e políticas públicas**, n. 33, p. 103-122, dez. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.**

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. **Dispõe Sobre o Atendimento da Alimentação Escolar Aos Alunos Da Educação Básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.**

Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Caderno de Legislação PNAE.** 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar.** Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE/MEC nº04 de abril de 2015. **Altera a Redação dos Artigos 25 a 32 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).**

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Brasília, DF: CONSEA, 2006.

FERNANDES, Patricia Fogaça. **Identificação da demanda para a inserção de produtos da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul.** 2013. 131f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INSTITUTO KAIRÓS. **Controle Social na Alimentação Escolar**. São Paulo. 2011

MALUF, Renato S. et al. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, Campinas, v.4, p. 66-88, 1996.

MACEDO, Dione Chaves et al. A construção da política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. **Revista Simbio-logias**, Botucatu, v.2, n.1, p. 31-46, 2009

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima et al. Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 2, n. 35, p. 128-136, 2011.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 18, p. 909-916, 2013.

ROCHA, João Henrique; ANJOS Flávio Sacco dos. Uma análise histórica da questão agrária no Brasil. **Norte Científico**, Roraima, v.7, n.1, dez. 2012.

SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 18, p. 927-936, 2013.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, Caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**, Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

SILVA, Alberto Carvalho da. Ética e política. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**. N. 5. V. 23. P. 87-107, 1995.

SILVA, Robson Roberto da. Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil. **Revista Virtual Textos e Contextos**, Porto Alegre, n.5, p. 1-19, nov. 2006.

TRICHES, Rozane Márcia. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. 2010. 297 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TURPIN, Maria Elena. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas à Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.4, n.18, p. 438-457, ago. 2005.

5. ARTIGO ORIGINAL A SER SUBMETIDO À REVISTA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ISSN 2316-297X

A contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Desenvolvimento Rural dos territórios do Litoral e Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul

SILVA, Taís M.¹

ROCKETT, Fernanda C.²

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela³

Termos de Indexação: Alimentação Escolar. Desenvolvimento Territorial. Segurança Alimentar e Nutricional. Políticas Públicas.

Index terms: school feeding, Territorial Development, Food Security. Public Policies.

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)

Endereço para correspondência: Av. João Pessoa, n. 31 – Porto Alegre/RS

Telefone para contato: 51 3308.3093

Email: martinsds.tais@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional. Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR).

RESUMO: A política de Desenvolvimento Territorial tem como um dos seus objetivos o fortalecimento da agricultura familiar presente nos Territórios Rurais reconhecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vai ao encontro desta política ao exigir a obrigatoriedade da aquisição de, no mínimo 30%, de alimentos provenientes de agricultores familiares na Alimentação Escolar dos municípios, priorizando-se agricultores locais, seguidos de agricultores do território rural. Por estes avanços serem recentes, o papel do PNAE como agente fortalecedor desta política ainda não está bem elucidado. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir de indicadores educacionais, de recursos, de produção e de abastecimento das escolas, analisando as potencialidades e limitações do programa na dinamização do desenvolvimento dos Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra e Litoral, no Rio Grande do Sul. Para tal, foi realizado levantamento de dados em plataformas como a do OBSSAN-RS, do FNDE, referentes ao Censo Agropecuário, de 2006, e Censo Escolar, de 2014, respectivamente. Também foram realizadas entrevistas com Nutricionistas responsáveis pela Alimentação Escolar em 43,2% dos 37 municípios pertencentes aos Territórios Rurais. Observou-se a compra de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE é realizado em todos os municípios analisados, entretanto ele não é priorizado pelos gestores municipais como estratégia para o fortalecimento do desenvolvimento territorial.

ABSTRACT: The Territorial Development Policy has as one of its objectives the strengthening of family farming present in Rural Areas recognized by the Ministry of Agrarian Development. The National School Feeding Programme (PNAE) meets this policy by requiring the compulsory acquisition of at least 30% of food from family farmers in the School Feeding municipalities, giving priority to local farmers, followed by farmers in the territory rural. For these are recent advances, the role of PNAE as strengthening agent of this policy is not well elucidated. Thus, the aim of this study is to analyze the implementation of the National School Feeding Programme from educational indicators, resources, production and supply of schools, analyzing the potential and limitations of the program in boosting the development of Rural Areas dos Campos de Cima da Serra and Litoral, in Rio Grande do Sul. to do this, it performed data collection platforms such as the RS-OBSSAN, the ENDF, for the

Agricultural Census, 2006, and School Census, 2014, respectively. Interviews were also conducted with nutritionists responsible for School Feeding in 43.2% of the 37 municipalities belonging to the Rural Areas. There was buying food from family farms by PNAE is held in all municipalities analyzed, though he is not prioritized by municipal managers as a strategy for strengthening the territorial development.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), executado desde a década de 30, é o mais antigo programa brasileiro na área da Segurança Alimentar e Nutricional. Ao longo de sua evolução, diversas transformações culminaram na aproximação da categoria agricultor familiar à comunidade escolar, como consumidora. Essa aproximação fortaleceu a construção da política em SAN no Brasil, sendo um de seus programas centrais. Do mesmo modo, a política de desenvolvimento territorial, existente desde a década de 1990, passou a incorporar o PNAE como política de seu escopo.

No contexto histórico, a antigamente denominada “Merenda Escolar”¹ foi implementada pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social no Governo do Presidente Getúlio Vargas, no ano de 1940.

Em 1945 a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) foi instalada com os objetivos de construir a Política Nacional de Alimentação¹. Esta comissão institucionalizou o Programa Nacional de Merenda Escolar (PME), no ano de 1945, o qual transformou-se em Campanha Nacional de Merenda Escolar². O programa tinha como um dos seus objetivos melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir os índices de evasão e repetência, melhorando, assim, o rendimento escolar³. A campanha expandiu-se rapidamente, e em 1968, dados oficiais já registravam uma cobertura de 9,5 milhões de crianças, que correspondiam a 75% das matrículas no ensino fundamental¹.

Durante as décadas de 1950 e 1960, a maior parte da verba do programa e dos alimentos oferecidos para os escolares eram provenientes de organismos internacionais. Além disso, o programa apresentava outras limitações como a falta de preocupação com a adequação cultural, a aceitabilidade dos alimentos oferecidos à população escolar, à descontinuidade no atendimento, a má qualidade dos alimentos oferecidos e a restrição a uma única refeição diária^{3,4}.

Neste período, o Brasil ainda passava por um processo de expansão das cidades e das indústrias. Assim, a produção agrícola voltou-se aos interesses do capital industrial, principalmente para absorver os insumos e os meios de produção, na forma de tratores e equipamentos. A agricultura familiar, que tinha como objetivo a produção de alimentos básicos, avançava com dificuldades, sem apoio governamental⁵.

O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) foi criado em 1972, vinculado ao Ministério da Saúde e assumindo atribuições da extinta CNA⁶. Os atributos do INAN eram: formular a Política de Alimentação e Nutrição, propor o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) e promover, fiscalizar e avaliar seus resultados¹. Um dos principais desafios do PRONAN era a política de fortalecimento do agricultor familiar, responsável por grande parte do abastecimento de alimentos no Brasil. Para tal, o programa contava com a garantia de compra da produção, a fim de desencadear uma transformação no rural. Para isso, foi necessário rever as diretrizes relativas a subsídios, créditos, financiamento, assistência técnica, pesquisa e preços mínimos⁶.

Também, a partir do PRONAN, no ano de 1979, a Merenda Escolar passou a ser denominada Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sob comando do Ministério da Educação e Cultura^{1,7,8}, onde permaneceu até o ano de 1983, quando foi assumida pela Fundação de Assistência ao Educando (FAE). A FAE foi extinta em 1997, e, então, o PNAE passou a ser coordenado pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁹, que passou a ser o responsável pela transferência automática dos recursos financeiros do programa para os estados e municípios, consolidando a descentralização^{3,10}. No ano de 1994 a alimentação escolar passou a prever a participação comunitária na política, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) nos municípios^{4,11}.

A partir da Constituição Federal¹², no ano de 1988, o Estado passou a “assegurar o direito universalizado à alimentação escolar a todos os alunos de ensino fundamental da rede pública, a ser garantido pelos governos federal, estaduais e municipais”⁴. Neste mesmo ano, em consequência da reivindicação de agricultores familiares, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), o qual dois anos depois, no governo Fernando Henrique Cardoso, foi reformulado dando origem ao Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sob comando do Ministério da Agricultura.

Em 1999, o programa foi incorporado pelo recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde foi criada a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que passou a ser o guarda-chuva institucional de diversas linhas de ação do PRONAF e de outros programas ligados à agricultura familiar¹³.

Em 2001, foi estabelecida a primeira forte aproximação entre as políticas de desenvolvimento territorial e de segurança alimentar e nutricional, a partir da obrigatoriedade da destinação de 70% dos recursos provenientes do FNDE para a aquisição de gêneros básicos, devendo-se respeitar os hábitos alimentares regionais, a vocação agrícola do município e promovendo o desenvolvimento local^{14,15}.

Em 2003, no início do governo Lula, foi lançado o Programa Fome Zero, como a política de segurança alimentar e nutricional no país. Esse programa constituiu-se em uma política intersetorial envolvendo todos os Ministérios, bem como fomentando a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)⁷.

A aproximação definitiva entre a política de SAN e a política territorial se deu em 2009 com a obrigatoriedade de, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE, serem destinados à aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar local, preferencialmente orgânicos, priorizando-se assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais¹⁴. Esta inovação abriu precedentes para a construção de mercados para agricultores familiares locais, de forma direta, através das compras institucionais para a alimentação escolar, e, de forma indireta, por ser um instrumento que possibilita a organização dos agricultores, os quais ganham maior visibilidade no mercado local, podendo assim inserirem-se em feiras, entre outros espaços favoráveis a esta comercialização¹⁶.

Neste sentido, o PNAE visou atingir um dos objetivos complementares do programa, que é dinamizar a economia local, contribuindo para a geração de emprego e renda¹⁷. Objetivo, este sobreposto à política de desenvolvimento territorial. Em 2015, o FNDE reconhece as propostas de venda de grupos do território rural como preferencial, após os agricultores locais. Este reconhecimento é a aproximação definitiva entre o PNAE e a política territorial, a qual é mais recente

do que a de Segurança alimentar e Nutricional, e foi impulsionada no início do Governo Lula, no ano de 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), junto ao MDA. Essa nova secretaria formulou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que tinha como objetivos o planejamento, implementação e auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais, além do fortalecimento e dinamização das suas economias¹⁸.

No Brasil, atualmente, são reconhecidos 239 territórios rurais abrangendo 3.568 municípios (64,3% do total do país), reunindo mais de 76 milhões de brasileiros. No estado do Rio Grande do Sul foram reconhecidos dezoito territórios rurais e da cidadania, incluindo 432 municípios, o que corresponde a 87% do total do estado.

No âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial o PNAE é um dos programas que compõem o leque daqueles ofertados no Plano Safra 2014/2015, dentre as políticas territoriais. A finalidade do Plano é estimular, ainda mais, a produção de alimentos, buscar a garantia de renda ao produtor e a estabilidade de preços ao consumidor. Neste contexto, a valorização do PNAE, como uma das políticas centrais do Plano Safra, evidencia a transversalidade de ações e cooperação entre os agentes locais e esferas superiores. Deste modo, o programa é um mecanismo de inserção dos agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais no mercado institucional com o objetivo de minimizar a pobreza e a exclusão social no rural, ao mesmo tempo em que propõe maior empoderamento dos atores e circulação de recursos nos municípios e território^{18,19}.

De acordo com a FAO (2007), os programas de alimentação escolar são fundamentais para reduzir a pobreza e a desigualdade social, tendo em vista que provém alimento seguro e sustentável aos menores em idade escolar, além de contribuir com a formação de capital social, via participação de pais, professores e autoridades locais, e para a mobilização de recursos locais por meio da compra de alimentos de pequenos produtores e utilização de recursos originários da comunidade²⁰.

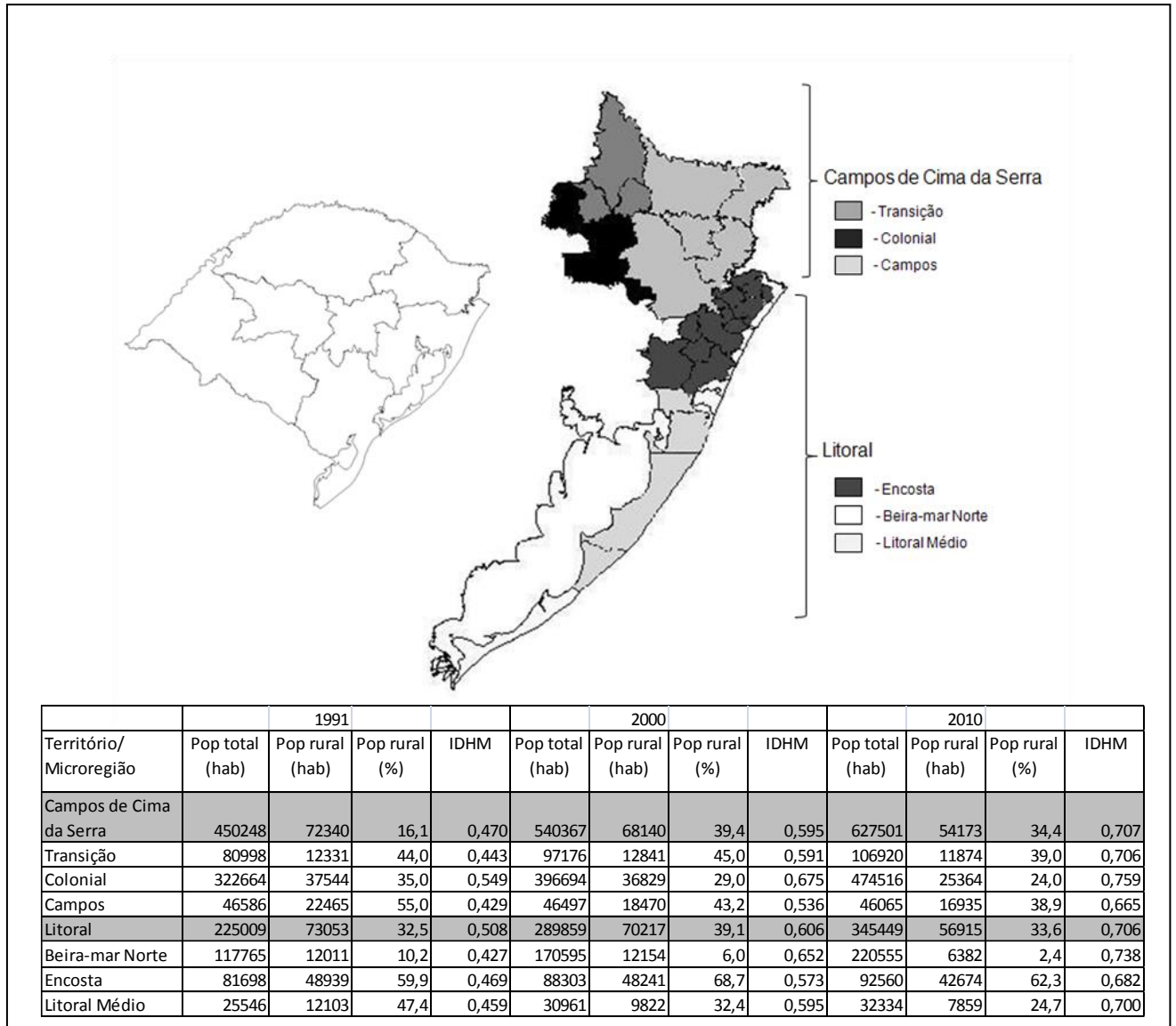
Apesar da política de desenvolvimento territorial e de segurança alimentar e nutricional destinarem papel central ao PNAE², ainda são escassos estudos que elucidem os resultados da implantação desse programa como política territorial. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a execução do Programa

Nacional de Alimentação Escolar a partir de indicadores educacionais, de recursos, de produção e de abastecimento das escolas, analisando as potencialidades e limitações do programa na dinamização do desenvolvimento dos Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra e Litoral, no Rio Grande do Sul.

METODOLOGIA

Os Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra (CCS) e do Litoral foram reconhecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no ano de 2013²¹. Eles se localizam na região nordeste do Rio Grande do Sul e, apesar de cada território pertencer a uma identidade territorial, compreendem uma diversidade ecológica, social e econômica, que permite a sua divisão em 6 microregiões (Figura 2), definidas conforme Coelho-de-Souza et al. (2015). No território CCS foram delimitadas as microregiões: a) Colonial, b) Transição e c) Campos. Todos os indicadores utilizados para caracterizar as microregiões se referem ao ano de 2010. A microregião Colonial inclui os municípios de Caxias do Sul, São Marcos, Antônio Prado e Ipê (ordenados pelo indicador: maior contingente populacional). Sua delimitação se justifica pela localização na encosta da Serra Geral, predominância da Floresta Estacional Decidual e colonização majoritariamente italiana. Esta microregião é a mais populosa, com 627.501 habitantes, em função da presença do município de Caxias do Sul, que apresenta 435.564 habitantes e é um dos maiores pólos industriais do Estado. Também é a microregião com maior IDH 0,759, mesmo sem a inclusão de Caxias do Sul (IDH 0,751).

Figura 2 - Microrregiões dos Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra e do Litoral.
 Fonte: Coelho de Souza et al. (2015), adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano.



A microrregião Transição inclui os municípios de Vacaria, Canela, Monte Alegre dos Campos e Campestre da Serra. O ecossistema presente é o mosaico Campo-Floresta, com predominância dos Campos de Cima da Serra, entre as características ambientais destaca-se os solos derivados de basalto sequência básica, o que lhe confere boa fertilidade. A identidade está associada ao gaúcho e aos imigrantes italianos, por isso a denominação da microrregião como Transição.

A microrregião Campos compreende os municípios de São Francisco de Paula, Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São José dos Ausentes. Apesar de semelhante à Microrregião Transição, os solos são rasos e derivados de basalto

sequência ácida. Além disso, a localização, na borda do Planalto e as elevadas altitudes são fatores que concorrem para a alta pluviosidade, baixas temperaturas e baixa fertilidade dos solos, conferindo um ecossistema submetido a condições ambientais drásticas, conseqüentemente menos produtivo do ponto de vista agrícola. Nesta microregião predomina a identidade do gaúcho e é a região apresenta o menor IDH, 0,665.

No Território Rural Litoral foram delimitadas 3 microregiões: a) Encosta, b) Beira-mar norte, e, c) Litoral Médio^{22,23}. A microregião Encosta compreende os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Três Cachoeiras, Terra de Areia, Caraá, Maquiné, Riozinho, Morrinhos do Sul, Mampituba, Três Forquilhas, Itati e Dom Pedro de Alcântara, ordenados pelo indicador maior contingente populacional. O ecossistema predominante é a Floresta Ombrófila Densa, que atinge 850m de altitude²². O território apresenta: a) relevo acidentado, onde é realizada agricultura de subsistência e produção de banana e açaí-juçara, em sistemas agroflorestais; b) áreas de varzea ao longo dos rios e entre as lagoas, utilizadas para a produção de olericultura, e os corpos d'água relacionados à produção de pescado. É a região com maior população rural, cerca de 42.674 habitantes no ano de 2010, o que representava a média de 62%, da população dos municípios, variando de 29% a 92% da população do município. Este último indicador pertencente ao município de Itati.

A microrregião Beira-mar norte compreende os municípios de Capão da Canoa, Tramandaí, Osório, Torres, Imbé, Cidreira, Xangri-lá, Balneário Pinhal e Arroio do Sal. O ecossistema predominante consiste nas áreas de formação pioneira da planície costeira de origem flúvio-lacustre-marinha, predominando as restingas. As principais atividades econômicas referem-se à produção de arroz nas lagoas, energia eólica e ao turismo de verão, momento do ano em que a população triplica. Se caracteriza por ser a microrregião com a menor população rural, 6.382 habitantes, o que representa 2,4%, em média, da população total dos nove municípios, variando de 0,1% a 7,3%. Essa escassez de pessoas no rural também se deve ao fato de que as áreas rurais foram adquiridas como sítios de lazer, por serem próximas ao Litoral. Ao mesmo tempo, atores rurais importantes presentes são os quilombolas e Mbyá-Guarani que possuem territórios próprios²⁴.

As microrregiões Encosta e Beira-mar norte são complementares na relação rural-urbano, a Encosta produz agricultura e comercializa para as cidades litorâneas,

deslocando também mão-de-obra, principalmente, na estação do verão. A microregião Litoral Médio compreende os municípios de Capivari do Sul, Mostardas, Tavares e Palmares do Sul. O ecossistema é semelhante ao da microregião Beiramar norte. Entretanto, por estar localizado entre o mar e a Lagoa dos Patos, essa microregião está exposta a ventos fortes que tornam as condições de agricultura drásticas. As principais produções agrícolas são o arroz, a pecuária e a agricultura de subsistência. Esta microrregião apresenta forte presença étnica, principalmente quilombola, mas também indígena²³.

Esta pesquisa integra o Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar do Rio Grande do Sul (OBSSAN-RS) o qual é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN/PGDR) em parceria com o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE/UFRGS) e o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul. O OBSSAN-RS propõe-se monitorar os indicadores das 7 dimensões propostos pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2011/2015 em nível de agregação municipal micro e macroregionais²⁵.

A presente pesquisa centrou-se nos indicadores das dimensões I - Produção de Alimentos, VI – Educação e VII – Programas e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional. Para analisar os alimentos produzidos pela agricultura familiar nos municípios dos territórios foram tomados dados da dimensão I – Produção de Alimentos, do Observatório Socioambiental de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul (OBSSAN-RS), referentes ao Censo Agropecuário 2006. A execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos territórios e microrregiões dos CCS e Litoral foi descrita a partir de indicadores educacionais, obtidos do Censo Escolar, ano de 2014. Os indicadores de caracterização dos recursos foram descritos a partir de bancos de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, referentes ao ano de 2014.

Para descrever os indicadores de abastecimento dos produtos da agricultura familiar nas escolas municipais e para caracterizar a execução do PNAE, foram contatados os nutricionistas, responsáveis técnicos pela gestão da alimentação escolar, dos 37 municípios presentes nos territórios. Com aqueles que apresentaram disponibilidade para participar da pesquisa, foi realizada uma entrevista, por telefone e/ou mensagem eletrônica, com questões sobre o abastecimento dos alimentos da alimentação escolar pela agricultura familiar, percentual de aquisição dos produtos

da agricultura familiar, gestão dos recursos e implementação do PNAE no município. Quanto à participação do Conselho de Alimentação Escolar, avaliou-se, conforme a percepção das Nutricionistas, a atuação do conselho na inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar,

Os alimentos produzidos pela agricultura familiar e os consumidos nas escolas, produzidos pela agricultura familiar, foram organizados nos oito grupos de alimentos: Feijões, Cereais, Raízes e Tubérculos, Legumes e Verduras, Frutas, Castanhas e Nozes, Leite e Queijos e Carnes e Ovos, conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira³⁶. Os resultados foram analisados nos níveis de microrregiões e territórios, buscando caracterizar a execução do PNAE nos territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os territórios apresentaram desenvolvimento humano semelhante no ano de 2010, avaliado pelos indicadores renda, longevidade e educação (IDH), o território Campos de Cima da Serra (CCS) apresentou 0,707 e o território Litoral 0,706 (figura 2). As microrregiões que apresentaram maior desenvolvimento humano foram a Colonial (0,759) e Beira-mar norte (0,738). Por outro lado, as microrregiões com menor desenvolvimento humano foram Campos (0,665), onde o município de Jaquirana apresentou o menor IDH 0,614, e Encosta (0,682), cujo município de Mampituba apresentou IDH de 0,649.

No território dos Campos de Cima da Serra encontram-se as maiores desigualdades, representadas pelas microrregiões Colonial - com maior IDH e população total -, e a dos Campos - com menor IDH. Apesar disso, é na microrregião Transição que o município de Monte Alegre dos Campos apresenta o menor IDH do território, com valor de 0,65. Todos os municípios implantam o PNAE. O território CCS apresentou 99.054 alunos e 307 escolas, resultando em uma taxa média de 322 alunos/escola. Por outro lado, o território Litoral apresentou 75.872 alunos em 342 escolas estaduais e municipais, resultando em uma taxa média de 222 alunos/escola (Tabela 1).

Tabela 1 - Indicadores populacionais, de Desenvolvimento Humano e educacionais, dos municípios dos territórios Campos de Cima da Serra e Litoral.

Microrregião	Municípios	População total 2010	População rural	% população rural	IDHM	Escolas Estaduais (n)	Escolares Estadual	Escolas Municipais (n)	Escolares Municipal	Total Escolas (n)	Total Escolares	
Campos de cima da Serra												
Transição	VACARIA	61.342	4.003	6,5	0,721	11	6.399	25	5755	36	12.154	
	CANELA	39.229	3.398	8,7	0,748	7	4.003	23	3803	30	7.806	
	CAMPESTRE DA SERRA	3.247	2.016	62,1	0,706	2	267	3	320	5	587	
	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	3.102	2.457	79,2	0,650	2	134	6	578	8	712	
Colonial	CAXIAS DO SUL	435.564	16.158	3,7	0,782	56	29.129	85	33571	141	62.700	
	SAO MARCOS	20.103	2.505	12,5	0,768	6	1934	8	1647	14	3.581	
	ANTONIO PRADO	12.833	3.598	28,0	0,758	4	1241	3	835	7	2.076	
	IPE	6.016	3.103	51,6	0,728	3	502	4	555	7	1.057	
Campos	SAO FRANCISCO DE PAULA	20.537	7.533	36,7	0,685	11	3116	17	1233	28	4.349	
	BOM JESUS	11.519	2.926	25,4	0,666	4	178	6	739	10	917	
	CAMBARA DO SUL	6.542	3.501	53,5	0,697	3	811	6	584	9	1.395	
	JAQUIRANA	4.177	1.747	41,8	0,614	2	447	2	495	4	942	
	SAO JOSE DOS AUSENTES	3.290	1.228	37,3	0,663	2	261	6	517	8	778	
Litoral												
Beira-mar norte	CAPAO DA CANOA	42.040	253	0,6	0,743	4	3622	19	6341	23	9.963	
	TRAMANDAI	41.585	1.008	2,4	0,719	6	3524	20	5922	26	9.446	
	OSORIO	40.906	2.989	7,3	0,751	9	5297	25	3538	34	8.835	
	TORRES	34.656	1.316	3,8	0,762	10	4221	14	2507	24	6.728	
	IMBE	17.670	9	0,1	0,764	2	1275	18	3521	20	4.796	
	CIDREIRA	12.668	408	3,2	0,729	2	1239	9	2096	11	3.335	
	XANGRI-LA	12.434	55	0,4	0,735	1	365	7	2579	8	2.944	
	ARROIO DO SAL	7.740	231	3,0	0,740	2	763	7	1264	9	2.027	
	BALNEARIO PINHAL	2.513	1.223	48,7	0,696	1	626	10	2316	11	2.942	
	Encosta	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	39.685	11.571	29,2	0,759	24	4144	29	3122	53	7.266
		TRES CACHOEIRAS	10.217	2.716	26,6	0,718	5	1088	3	737	8	1.825
		TERRA DE AREIA	9.878	4.683	47,4	0,689	1	702	7	1470	8	2.172
		CARAA	7.312	6.254	85,5	0,652	5	607	6	619	11	1.226
		MAQUINE	6.905	4.841	70,1	0,682	5	937	8	448	13	1.385
RIOZINHO		4.330	1.582	36,5	0,661	1	406	9	525	10	931	
MORRINHOS DO SUL		3.182	1.882	59,1	0,711	2	276	3	195	5	471	
MAMPITUBA		3.003	2.435	81,1	0,649	3	171	3	306	6	477	
TRES FORQUILHAS		2.914	2.529	86,8	0,662	1	251	5	265	6	516	
ITATI		2.584	2.372	91,8	0,669	3	360	6	161	9	521	
Litoral Médio	DOM PEDRO DE ALCANTARA	2.550	1.809	70,9	0,691	2	265	2	135	4	400	
	MOSTARDAS	12.124	3.981	32,8	0,664	4	982	13	1567	17	2.549	
	PALMARES DO SUL	10.969	1.166	10,6	0,715	4	1003	10	1359	14	2.362	
	TAVARES	5.351	2.052	38,3	0,656	1	641	6	365	7	1.006	
	CAPIVARI DO SUL	3.890	660	17,0	0,766	2	522	3	597	5	1.119	

Fonte: Censo Demográfico 2010 e Censo Escolar 2014.

Dos 37 municípios que compõem os Territórios Rurais, 16 participaram da pesquisa fornecendo dados primários. Do Território Rural Campos de Cima da Serra participaram sete municípios; representando a microrregião Colonial: São Marcos e Antônio Prado; da microrregião Transição: Vacaria, Canela e Campestre da Serra; microrregião Campos; Bom Jesus e Cambará do Sul. Do Território Rural Litoral participaram nove municípios. Da Encosta: Santo Antônio da Patrulha, Três Cachoeiras e Terra de Areia; da microrregião Beira mar norte: Capão da Canoa, Osório, Cidreira, Balneário Pinhal e Arroio do Sal, e da microrregião Litoral Médio: Tavares.

Conforme resultados apresentados na Tabela 2, dos 16 municípios avaliados, pudemos observar que 14 possuem um nutricionista responsável técnico, enquanto dois, Vacaria e Canela (Transição), possuem dois nutricionistas. O nutricionista, que segundo a Lei 11.947/2009 é o profissional responsável técnico pela alimentação escolar, tem como principais atribuições:

(...) coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional dos estudantes, planejar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação, bem como propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional nas escolas.²⁶

Além destas atribuições, cabe destacar o papel do profissional como agente articulador entre gestores, agricultores e suas organizações, a fim de garantir a aquisição de gêneros da agricultura familiar para a alimentação escolar. Dessa forma, o nutricionista passa a promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável do município²⁷.

Dos municípios analisados, apenas 16,75% apresentaram o CAE não atuante nas discussões sobre aquisição da agricultura familiar. O CAE tem a função de exercer o controle social da alimentação escolar, acompanhando a execução do programa desde o recebimento dos recursos até a prestação de contas. Através da atuação do CAE é possível promover a integração de instituições, agentes da comunidade e órgãos públicos²⁸. Dessa forma, fica explícito o papel dos conselhos como agente promotor, regulador e facilitador da compra de produtos da agricultura familiar. A exemplo do estudo de Triches (2010), o CAE é uma importante

ferramenta para discussões e negociações da temática da agricultura familiar, criando possibilidades de interfaces dos diferentes atores interessados. Quanto à gestão dos recursos repassados pelo FNDE, todos possuem gestão centralizada, ou seja, Entidade Executora (EE) do programa, que na maior parte dos casos é a Prefeitura Municipal, realiza as compras e distribui para as escolas. Resultados semelhantes foram encontrados por Belik (2009), onde, nos dois anos de gestão analisados pelo autor, a maioria das escolas (87,7% em 2004 e 83,2 em 2005) executa o programa de forma centralizada. Segundo o mesmo autor, algumas das vantagens desta forma de gestão são a possibilidade de realizar um controle eficaz de todo o processo e garantir que a qualidade dos produtos e dos cardápios seja mantida em todas as escolas do município. Além disso, a EE pode adquirir os alimentos com preço reduzido, devido ao maior volume comprado. Por outro lado, a gestão centralizada exige da EE uma equipe específica e espaço físico destinado à execução do programa.

Tabela 2 - Características do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas microrregiões dos Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra e Litoral do Rio Grande do Sul.

Microrregião	Município	Número de nutricionistas	Recursos financeiros	tipo de gestão	Procedimento para compra da AF	% da aquisição da AF nas escolas municipais	CAE efetivo/Não efetivo	Compra de produtos orgânicos/agroecológicos
Campos de cima da Serra								
Transição	VACARIA	2	605.720	centralizada	chamada pública	22,57	sim	sim
Transição	CAMPESTRE DA SERRA	1	16.128	centralizada	chamada pública	**	sim	sim
Colonial	ANTONIO PRADO	1	88.780	centralizada	chamada pública	31,18	sim	sim
Colonial	SAO MARCOS	1	267.894	centralizada	chamada pública	33	sim	não
Colonial	CANELA	2	498.094	centralizada	chamada pública	30,38	não	sim
Campos	BOM JESUS	1	122.960	centralizada	chamada pública	32,2	não	sim
Campos	CAMBARA DO SUL	1	71.120	centralizada	chamada pública	24,57	sim	não
Litoral								
Beira mar Norte	ARROIO DO SAL	1	111.520	centralizada	chamada pública	30	sim	sim
Beira mar Norte	CAPAO DA CANOA	1	773.820	centralizada	chamada pública	30	não	sim
Beira mar Norte	OSORIO	1	462.140	centralizada	chamada pública	33,8	sim	sim
Beira mar Norte	CIDREIRA	1	218.580	centralizada	chamada pública	**	sim	sim
Beira mar Norte	BALNEARIO PINHAL	1	201.900	centralizada	chamada pública		sim	sim
Encosta	TRES CACHOEIRAS	2	75.920	centralizada	chamada pública	44,31	sim	sim
Encosta	TERRA DE AREIA	1	114.960	centralizada	chamada pública	33	sim	sim
Encosta	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	1	453.460	centralizada	chamada pública	58,43	sim	não
Litoral Médio	TAVARES	1	33.860	centralizada	chamada pública	2,3	sim	não

Legenda: AF – Agricultura Familiar; CAE – Conselho de Alimentação e Nutrição; **: Dados não informados pelo Nutricionista
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Todos os municípios realizam a compra dos alimentos através de Chamada Pública, o que facilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar, conforme disposto na resolução nº 38/2009 do FNDE, que dispensa o processo licitatório. Este procedimento é voltado especificamente para a compra de alimentos da agricultura familiar e/ou empreendedores familiares rurais e suas organizações.

É um instrumento firmado no âmbito das estratégias de compras públicas sustentáveis, que assegura o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública, de forma que permite a veiculação de diretrizes governamentais importantes relacionadas ao desenvolvimento sustentável, ao apoio à inclusão social produtiva local e à promoção da SAN (BRASIL, 2012)

Os preços apresentados na chamada pública são previamente definidos pela EE e devem obrigatoriamente refletir os preços de mercado local. Dessa forma, fica assegurado ao agricultor a garantia de pagamento de um valor justo por sua mercadoria. Estudo realizado por Triches (2010) em dois municípios do estado do Rio Grande do Sul, Rolante e Dois Irmãos, demonstrou que o processo licitatório, procedimento utilizado para realizar as compras antes da implantação da resolução anteriormente citada, favorecia apenas mercados varejistas e atacadistas, que na maioria das vezes não tinha comprometimento com a qualidade do produto fornecido. Além da maioria destes não serem fornecedores locais, dessa forma, não fomentando a economia da região.

Dos municípios analisados, somente Osório apresenta uma Escola de Educação Indígena e uma Escola localizada em território de comunidades remanescentes de quilombos. A presença destas escolas não foi mencionada pelo Nutricionista do município. Os escolares de diferentes etnias são reconhecidos pelo governo federal tendo acesso a valores diferenciados para a alimentação escolar. No território CCS não há escolares indígenas ou quilombolas e no território Litoral há cinco escolas onde frequentam escolares indígenas e oito escolas que frequentam quilombolas, sendo que destas, cinco situam-se no município de Maquiné, conforme dados do Censo Escolar 2014.

Avaliando-se os territórios, percebemos que a diversidade de alimentos produzidos em ambos é semelhante, sendo 51 variedades no território CCS e 50 no território Litoral. Ressalta-se que estes dados correspondem somente aos municípios avaliados neste estudo. A microrregião que possui a maior variedade de

produção é a microrregião Colônia (CCS), 49 itens, seguido da região Beira-mar Norte (Litoral), com 39 itens. A microrregião que apresenta menor variedade de produção é a região Campo (CCS), com 14 itens. Cabe ressaltar que a Microrregião Colônia, que apresentou produção mais diversificada, também é a Microrregião que apresenta o maior DH, assim como a microrregião Campos, que tem a produção menos diversificada, apresenta o menor IDH.

Os grupos de Alimentos produzidos pela agricultura familiar em ambos os territórios são: Cereais, Legumes e Verduras, Frutas, Castanhas e Nozes, Leite e Queijos e Carnes e Ovos, Raízes e Tubérculos.

No Território CCS destacam-se os grupos de Feijões, Leites e Queijos, Carnes e Ovos, Frutas e Legumes e Verduras, que possuem alimentos produzidos em todos os municípios. O grupo dos Cereais é produzido em quase todos os municípios do território, exceto Antônio Prado. O grupo de Raízes e Tubérculos é produzido por quatro municípios, dois pertencentes à microrregião Transição e dois à microrregião Colonial.

No território Litoral, o grupo dos Cereais é produzido por cinco, dos nove municípios avaliados. Além disso, há maior produção de legumes e verduras e também de carnes e ovos neste território, em todas as microrregiões, sendo que o último está presente em todos os municípios avaliados. O grupo dos Leites e Queijos é produzido em seis municípios do território e o das Frutas em seis municípios, sendo que destes, três são da microrregião Encosta. O mesmo ocorre com o grupo das Castanhas e Nozes, onde há produção somente em três municípios, todos da Microrregião Encosta. O grupo de Raízes e Tubérculos é produzido em pelo menos um município de cada microrregião.

A porcentagem média de aquisição de gêneros da agricultura familiar foi de 28,9% nos municípios do território Campos de Cima da Serra, sendo que os maiores valores foram encontrados para o município de São Marcos, que atingiu 33% e Vacaria, que atingiu 22,57%. Ambos os municípios estão situados na microrregião Transição. Ressalta-se que a produção da agricultura familiar no município de São Marcos foi mais diversificada (30 itens) em relação ao município de Vacaria (24 itens). No território Litoral, a porcentagem média foi de 33,1%, destacando-se os municípios de Santo Antônio da Patrulha, situado na microrregião Encosta, onde a porcentagem foi de 58,3%. Por outro lado, o município de Tavares, situado na

microrregião Litoral Médio, a porcentagem foi a mais baixa encontrada nos territórios, representando 2,3%.

Neste município, os obstáculos citados pela Nutricionista para a realização das compras da agricultura familiar foi a falta de organização da Agricultura Familiar e de formação dos atores envolvidos no processo. Percebe-se que, embora haja, no PNAE, previsão de aquisição de alimentos produzidos por grupos informais locais de agricultores familiares, esta informação não é considerada pela prefeitura deste município, distanciando a possibilidade de implantação do programa como política de dinamização territorial.

Ao mesmo tempo, doze municípios das microrregiões Transição, Colonial, Beira mar norte e Encosta relataram adquirir produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar.

A aquisição está condicionada às exigências de controle de qualidade estabelecidas pelo programa, fator que incentiva os produtores a oferecerem produtos agroecológicos. De acordo com Wilkinson (2004), os alimentos orgânicos/agroecológicos começam a se constituir em uma espécie de convenção de qualidade, dessa forma, tornando-se componentes chave na produção da agricultura familiar, por seu caráter de saudabilidade e produção com conservação da biodiversidade e do ambiente.

No que se refere aos alimentos adquiridos para a alimentação escolar (Gráfico 1, Tabela 3), Feijões, Raízes e Tubérculos, Legumes e Verduras e Frutas, são os alimentos produzidos pela agricultura familiar que abastecem as escolas dos dois territórios. Ressalta-se que os grupos dos cereais, castanhas e nozes (no caso amendoim) e leite e queijos são produzidos pela agricultura familiar de ambos os territórios, mas, em geral, não são adquiridos pelo PNAE. Em ambos territórios, no grupo dos Feijões há produção em doze municípios porém, somente sete municípios adquirem este produto na alimentação escolar.

O grupo dos Cereais, apesar de ser produzido por dez municípios, somente quatro fornecem para a alimentação escolar. No grupo de raízes e tubérculos, quatorze municípios possuem produção desse grupo de alimentos pela agricultura familiar. Ao mesmo tempo, 68,75% dos municípios são abastecidos pela AF.

No grupo de Legumes e Verduras, que é o mais diversificado e a produção pela agricultura familiar chega a atingir 40 itens, também é o que possui maior número de alimentos comercializados para a alimentação escolar. Apesar disso, o

consumo dos gêneros produzidos localmente ainda é baixo. Fato semelhante ocorre no grupo das Frutas, onde, apesar de 13 dos 16 municípios consumirem alimentos deste grupo, o consumo de produtos produzidos no município ainda é baixo, limitando-se ao máximo de dez itens.

No grupo dos Leites e Queijos, onde encontramos produção em todos os municípios avaliados, apenas quatro municípios adquirem produtos da AF. Dentre estes, três adquirem do próprio município. Cabe ressaltar que diversos municípios adquirem produtos processados derivados do leite, como leite em pó, doce de leite e bebida láctea. Resultados semelhantes foram encontrados no grupo das carnes, onde, apesar de todos municípios produzirem algum produto, somente o município de Balneário Pinhal relatou efetuar a compra da AF.

No território CCS, na microrregião Transição, o PNAE no município de Campestre da Serra não abastece a alimentação escolar com produtos agrícolas provenientes da AF, apenas com produtos processados originários da AF, mas não do próprio município. O município apresenta 62,5% de sua população rural, além de uma produção da AF diversificada. Entretanto, é o município que recebe o menor valor de recursos pelo FNDE (R\$16.128,00) e o percentual de aquisição da agricultura familiar não foi declarado (Tabela 2). Da mesma forma, no território do Litoral, o município de Capão da Canoa adquire somente banana, leite e produtos processados da AF (Tabela 3), atingindo os 30% de aquisição da AF, mas não adquire produtos do próprio município, o qual não produz gêneros alimentícios, com exceção do grupo carne e ovos. Essa situação pode ser explicada porque este município, o mais urbanizado e populoso do território, apresenta 0,6% de sua população rural (Tabela 1).

Tabela 3 - Alimentos produzidos pelos municípios e consumo da agricultura familiar para a alimentação escolar.

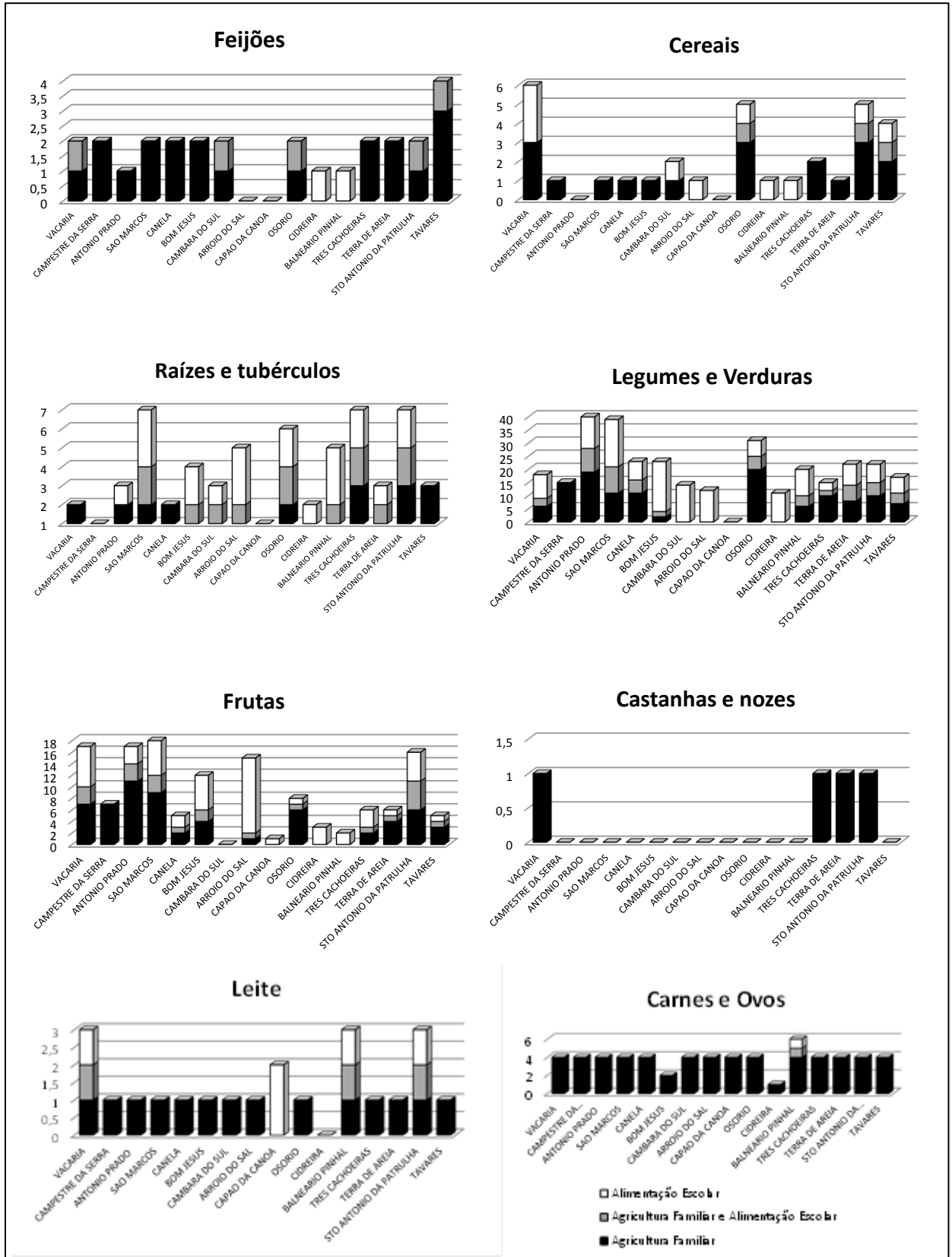
Município	Agricultura Familiar	Feijões	Cereais	Raízes e tubérculos	Legumes e verduras	Frutas	Castanhas e nozes	Leite e Queijos	Carnes e Ovos	Alimentos Processados
MICRORREGIÃO TRANSIÇÃO										
VACARIA	Produção	feijão de cor, feijão preto	milho, trigo em grãos	batata inglesa, mandioca	abóbora, alface, alho, beterraba, cebola, cenoura	ameixa, amora, caqui, maçã, morango, pêssego, uva	amendoim	leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida	feijão preto	Arroz branco, Arroz parboilizado, canjica		Abóbora, Aipim, Beterraba, Cenoura, Chuchu, Couve folha, Repolho, Tomate, Vagem	Amora, Caqui, Banana, Framboesa, Laranja, Maçã, Mirtilo		leite		Açúcar mascavo, bebida láctea, Canjica, Doce cremoso de uva, extrato de tomate, Geléia de pêssego, Geléia de morango, Mel, Óleo de soja, pão, Suco de laranja, Suco de pêssego, Suco de uva
CAMPESTRE DA SERRA	Produção	feijão de cor, feijão preto	milho	mandioca	abobrinha, abóbora, alface, almeirão, alho, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, couve-flor, pimentão, repolho, tomate, vagem	ameixa, amora, caqui, kiwi, laranja pêssego, uva		leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida									biscoitos, chimia, extrato de tomate, geléia, farinha de milho e trigo, massas
MICRORREGIÃO COLONIAL										
ANTONIO PRADO	Produção	feijão preto	milho	batata inglesa, mandioca	alface, abóbora, alho, beterraba, brócolis, cebola, cebolinha, cenoura, chicória, couve-flor, espinafre, pepino, pimentão, rabanete, repolho, rúcula, tempero verde, tomate, vagem	ameixa, amora, caqui, kiwi, laranja, maçã, nectarina, pêra, pêssego, tangerina, uva		leite	aves, suínos, bovinos, ovos	
	Alimentação Escolar adquirida			batata doce	abóbora, beterraba, brócolis, cebola, chuchu, cenoura, couve, couve-flor, nabo, rabanete, repolho, tempero verde	laranja, maçã, tangerina				agnoline, banana passa, biscoito caseiro, cuca recheada, macarrão caseiro, molho de tomate, suco de uva
SAO MARCOS	Produção	feijão de cor, feijão preto	milho	batata inglesa, mandioca	abóbora, alface, alho, beterraba, cebola, cenoura, chicória, milho, pepino, repolho, tomate	ameixa, caqui, figo, kiwi, laranja, maçã, melão, pêssego, uva		leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida			batata inglesa, batata doce, mandioca	abóbora, alface, alho, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, chuchu, chicória, couve, couve flor, mostarda, pepino, pimentão, repolho, tempero verde, tomate, vagem	banana, laranja, maçã, pêra, tangerina, uva				agnoline, chimia, massa, pão integral, suco de uva
CANELA	Produção	feijão de cor, feijão preto	milho	batata doce, mandioca	abóbora, abobrinha, agrião, alface, almeirão, brócolis, cebola, couve, pepino, repolho, salsa	laranja, uva		leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida				abóbora, alface, brócolis, couve, espinafre, repolho, tempero verde	laranja, tangerina				biscoitos, doce de leite, massas, mel, suco de uva

Município	Agricultura Familiar	Feijões	Cereais	Raízes e tubérculos	Legumes e verduras	Frutas	Castanhas e nozes	Leite e Queijos	Carnes e Ovos	Alimentos Processados
MICRORREGIÃO CAMPOS										
BOM JESUS	Produção	feijão de cor, feijão preto	milho	batata inglesa	abóbora, cebola	ameixa, kiwi, maçã, uva		leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida			batata doce, batata inglesa	abóbora , abobrinha, alface, alho, beterraba, brócolis, cebola , cenoura, couve, couve-flor, chicória, chuchu, moranga, mostarda, pimentão verde, repolho verde, tempero verde, tomate, vagem	Laranja, maçã, uva , pêra, banana, bergamota				agnoline, biscoito, chimia, massa, pão integral, suco de uva
CAMBARA DO SUL	Produção	feijão de cor, feijão preto	milho	batata inglesa				leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida	feijão preto	pinhão	batata inglesa	Abobrinha, Alface, Alho, Beterraba, Brócolis, Cebola, Cenoura, Chuchu, Couve, Couve flor, Espinafre, Moranga, Repolho, Tempero verde					
MICRORREGIÃO BEIRA-MAR NORTE										
ARROIO DO SAL	Produção			mandioca		melancia		leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida		milho	mandioca , batata doce, batata inglesa	abóbora, alface, alho, beterraba, brocolis, cebola, cenoura, couve-flor, couve manteiga, repolho, tomate, vagem	abacaxi, banana, bergamota, laranja do céu, laranja suco, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia , melão, uva				polpa de açaí, polpa de maracujá
CAPAO DA CANOA	Produção								aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida					banana		leite		bebida láctea, queijo mussarela, suco de uva tinto, suco de uva branco
OSORIO	Produção	feijão de cor, feijão preto	arroz , aveia, milho	batata doce, mandioca	abóbora , abobrinha, agrião, alface, beterraba, brócolis , cebola, cebolinha, cenoura , chuchu, couve , couve-flor, espinafre, pimentão, rabanete, repolho, rúcula, salsa, tomate, vagem	abacaxi, banana , laranja, melancia, morango, tangerina	amendoim	leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida	feijão preto	arroz	batata doce, mandioca	alface, beterraba, brócolis, cenoura, couve , tempero verde	banana				leite em pó, mel
CIDREIRA	Produção								suínos	
	Alimentação Escolar adquirida	feijão	arroz	batata doce, mandioca	alface, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve flor, couve manteiga, pimentão, repolho, tempero verde, tomate	banana, laranja do céu, laranja para suco				
BALNEARIO PINHAL	Produção			batata doce	alface , almeirão, beterraba, cenoura, repolho , tomate			leite	aves, bovinos, ovos, suínos	

	Alimentação Escolar adquirida	feijão	arroz	mandioca, batata doce , batata inglesa	abóbora, alface , beterraba , cebola, cenoura , couve, rabanete, repolho , tempero verde, vagem	banana, limão		leite	frango	bebida láctea, mel, suco de uva
Município	Agricultura Familiar	Feijões	Cereais	Raízes e tubérculos	Legumes e verduras	Frutas	Castanhas e nozes	Leite e Queijos	Carnes e Ovos	Alimentos Processados
MICRORREGIÃO ENCOSTA										
TRES CACHOEIRAS	Produção	feijão de cor, feijão preto	arroz, milho	batata doce , batata inglesa, mandioca	abóbora , alface , alho, beterraba, brócolis, cenoura, couve flor, pepino, repolho, tomate	abacaxi, banana	amendoim	leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida			batata doce , mandioca	abóbora , alface , couve	banana , bergamota, laranja				doce de banana, molho de tomate, polpa de açaí da mata atlântica, polpa de maracujá, suco de uva
TERRA DE AREIA	Produção	feijão de cor, feijão preto	milho	mandioca	alface , batata doce, beterraba , brócolis , cenoura , couve flor , repolho , salsa	abacaxi, banana , morango, uva	amendoim	leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida			mandioca	alface , Beterraba , Brócolis , Cenoura , Couve-flor , Couve manteiga, repolho , tempero verde	banana				chimia de banana, extrato de tomate, polpa de açaí-juçara, polpa de maracujá
SANTO ANTONIO DA PATRULHA	Produção	feijão de cor, feijão preto	arroz, aveia, milho	batata doce , batata inglesa, mandioca	abóbora , alface , beterraba , brocolis, cebola , cenoura , couve flor, pepino, repolho, vagem	abacaxi, banana , laranja , melancia , melão , uva	amendoim	leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida	feijão preto	arroz	batata doce , mandioca	abóbora , alface , beterraba , cebola , cenoura , couve manteiga, tempero verde	banana , laranja , melancia , melão , uva		leite		açúcar mascavo, doce de frutas, linguiça de porco, mel, melado
MICRORREGIÃO LITORAL MÉDIO										
TAVARES	Produção	feijão de cor, feijão fradinho, feijão preto , feijão verde	arroz, milho	batata doce, batata inglesa, mandioca	abóbora, abobrinha, alface , beterraba , cebola , cenoura , couve	banana , melão, melancia		leite	aves, bovinos, ovos, suínos	
	Alimentação Escolar adquirida	feijão preto	arroz		alface , beterraba , brócolis, cenoura , couve , tempero verde	banana				leite em pó, mel

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 e Pesquisa de campo, 2015.

Gráfico 1 - Análise da produção e do consumo de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar por grupos alimentares.



Estes resultados demonstram que a maioria dos municípios não adquire produtos da agricultura familiar produzidos no próprio município, o que pode indicar que o município está adquirindo produtos de municípios vizinhos ou que, como os dados de produção analisados são do ano de 2006, o município tenha se organizado para diversificar a produção e suprir a demanda da alimentação escolar. Por outro lado, este resultado pode indicar a falta de articulação entre a gestão dos municípios e os agricultores familiares, de forma que as potencialidades da produção da AF municipal não estejam sendo incentivadas e dinamizadas por este programa que visa tanto abastecer este mercado institucional. Entretanto, também pode estar refletindo barreiras de ordem da legislação sanitária, no acesso dos agricultores a esse programa, como é o caso da comercialização do queijo serrano no território dos Campos de Cima da Serra³⁴, ou do açaí-juçara no território do Litoral³⁵.

No que se refere às limitações para o abastecimento das escolas pelos produtos da AF, foi citado: a) por 37,5% dos municípios a falta de interesse dos agricultores familiares em fornecer produtos para a alimentação escolar; b) por 37,5% dos municípios a falta de organização dos agricultores familiares; c) por 31,5% dos municípios, a incapacidade da agricultura familiar municipal de suprir a demanda da alimentação escolar. Cabe destacar que dentre estes, quatro pertenciam ao território Litoral, microrregiões Beira-mar norte e Encosta. Desta maneira, este resultado demonstra que a falta de produção está relacionada, tanto ao fato de serem municípios urbanizados, quanto à falta de produção local diversificada. A falta de interesse e de organização dos agricultores pode estar associada a diversos fatores, como o receio dos agricultores em expandir suas atividades e inserirem-se nos mercados institucionais, pois muitas vezes há atrasos nos repasses de recursos, a dificuldade de criação e manutenção de associações e cooperativas¹⁸.

Como potencialidade visualiza-se que o fato das prefeituras estarem percebendo a necessidade de organização e participação no PNAE pode configurar-se em uma maior atenção do poder público para o estímulo à organização na forma de associações e cooperativas, dos agricultores familiares, permitindo sua inserção no mercado e potencializando a organização social. Ao mesmo tempo que garante ao agricultor familiar formas de comercializar seus produtos no mercado da alimentação escolar, além de abrir possibilidades de expansão em outros mercados, visto que através do PNAE, o agricultor familiar pode gerar meios de diversificar e

aumentar sua produção, qualificar seus produtos e também se organizar para propor planos de venda por território, segundo a Resolução nº 04 do FNDE (2015) . Assim, possibilitando formas de o agricultor familiar se desenvolver, ao mesmo tempo de visualizar o programa como um importante aliado para o desenvolvimento do território em que ele está inserido, estimulando a dinamização da economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que o fornecimento de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar encontra-se implementado em todas as microrregiões, com uma média próxima à exigida pela lei. No território CCS a média de aquisição da AF foi de 28,9%, com pequena amplitude de variação. Por outro lado, no território Litoral a média foi de 33,1%, variando de 58,4% em Santo Antonio da Patrulha e 2.3% em Tavares. Esta ampla variação demonstra a necessidade de esforços de algumas prefeituras para o cumprimento da lei em alguns municípios. Neste cenário, as prefeituras despontam como atores importantes na dinamização do desenvolvimento territorial, as quais têm poder de apoiar e viabilizar condições para os agricultores comercializarem seus produtos neste mercado institucional.

Além disso, os resultados demonstram que todos os municípios tem produtos produzidos da agricultura familiar, entretanto eles são adquiridos pelo mercado da alimentação escolar em baixas quantidades em seus municípios de origem. Os grupos de alimentos que tem maior produção pela agricultura familiar e menor aquisição pela alimentação escolar são os cereais, castanhas e nozes (no caso amendoim) e leite e queijos, portanto, se constituem em alimentos potenciais produzidos pela AF a serem incluídos no programa.

A partir da análise do PNAE nos territórios CCS e Litoral destaca-se que a maior potencialidade desse programa é a transversalidade que ele adquiriu, ao longo do tempo, nas políticas do MDA, Ministério do Desenvolvimento Rural e Combate à Fome e Ministério da Educação, o que lhe confere maior capacidade de atuação nos territórios, por ter o comprometimento de execução desses Ministérios. Tendo em vista que a política territorial nos Territórios Rurais analisados está iniciando, o Programa tem um grande potencial de se tornar uma estratégia central na dinamização desses novos territórios, bem como na articulação entre a Segurança Alimentar e Nutricional e o Desenvolvimento Territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 SILVA, Alberto Carvalho da. Ética e política. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**. N. 5. V. 23. P. 87-107, 1995.
- 2 SILVA, Robson Roberto da. Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil. **Revista Virtual Textos e Contextos**, Porto Alegre, n.5, p. 1-19, nov. 2006.]
- 3 TRICHES, Rozane Márcia. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. 2010. 297 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- 4 PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 18, p. 909-916, 2013.
- 5 ROCHA, João Henrique; ANJOS Flávio Sacco dos. Uma análise histórica da questão agrária no Brasil. **Norte Científico**, Roraima, v.7, n.1, dez. 2012.
- 6 ARRUDA, Bertoldo Kruze Grande de; ARRUDA, Ilma Kruze Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 3, n. 7, p. 219-326, set. 2007.
- 7 VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas à Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.4, n.18, p. 438-457, ago. 2005.
- 8 PEIXINHO, Albaneide Maria Lima et al. Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 2, n. 35, p. 128-136, 2011.
- 9 SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; SANTOS Leonor Maria Pacheco. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002. 1 – Abordagem Metodológica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 23, p. 1029-1040, maio 2007.
- 10 BRASIL. Medida Provisória nº 1.784 de 14 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências.
- 11 BRASIL, Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar.

12 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.**

13 SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, Caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**, Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

14 SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 18, p. 927-936, 2013.

15 BRASIL, Medida Provisória nº 2.178-36 de 24 de agosto de 2001. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei no 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.

16 FERNANDES, Patricia Fogaça. **Identificação da demanda para a inserção de produtos da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul**. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

17 BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília, DF, 2014.

18 TURPIN, Maria Elena. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

19 CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André (Org.). **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014.

20 BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 5, n. 22, p. 595-607, out. 2009.

21 CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Resolução nº 94, de 23 de maio de 2013. Incorpora Territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Pronat, e dá outras providências. Seção 1, p. 56-61.

- 22 CASTRO, D., MELLO. R.S.P. 2013 **Atlas ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Maquiné**. Porto Alegre: Editora Via Sapiens. 180p.
- 23 COELHO-DE-SOUZA, G. Wives, D.G. Cruz, F.T. Mello, R.S.P. Bertoldt, L. Novos Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: os Campos de Cima da Serra e Litorial e suas perspectivas. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, submetido. 2015.
- 24 COELHO-DE-SOUZA, G., PERUCHI, L., KUBO, R.R. Territórios. IN: CASTRO, D., MELLO. R.S.P. 2013 **Atlas ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Maquiné**. Porto Alegre: Editora Via Sapiens. p.70-71.
- 25 SIQUEIRA, A.C., WIVES, D.G., CONTI, I.L., MEDEIROS, T.M., SCHREIBER, N; XAVIER, L.; KUBO, R.R. COELHO-DE-SOUZA, G. **Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos indicadores de produção de alimentos em nível municipal no Rio Grande do Sul**. Cadernos IHU em Formação (UNISINOS), v. 47, p. 149.
- 26 BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507 de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.
- 27 KLEIN, Neusa Teresinha. **A inserção de alimentos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar em oito territórios rurais do Rio Grande do Sul**. 2014. 53 f. TCC (Graduação) – Curso de Nutrição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- 28 REBRAE. **O Conselho de Alimentação Escolar e o controle social**. Curitiba, 2010.
- 29 TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.19, n.4, p. 933-945, 2010.
- 30 BELIK, Walter; SOUZA, Luciana Rosa de. Algumas reflexões sobre programas de alimentação escolar na América Latina. **Planejamento e políticas públicas**, n. 33, p. 103-122, dez. 2009.
- 31 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução DC/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

- 32 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de Orientação para a Alimentação Escolar na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. 2ª Ed. Brasília, DF. 2012.
- 33 WILKINSON, John. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. Integração entre a produção familiar e o mercado varejista. Brasília: Universa, 2004. P-55-83
- 34 CRUZ, Fabiana Thomé da. Produtores, Consumidores e Valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS. 2012. 292 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- 35 LUZ, Lidiane Fernandes da. Agrobiodiversidade e Agroindústria Familiar Rural: espaços de diálogo sobre os produtos da agricultura familiar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. 2012. 163 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- 36 BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a população Brasileira**. 2ª ed. Brasília – DF. 2014.

6. NORMAS DA REVISTA DE INTERESSE DE SUBMISSÃO

REVISTA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - ISSN 2316-297X

6.1. APRESENTAÇÃO

São aceitos trabalhos escritos em Português, Espanhol ou Inglês, com título, resumo e termos de indexação no idioma original e em Inglês. Os textos devem ser preparados em espaço 1,5, recomendando-se um máximo de 25 páginas e até cerca de 40 referências bibliográficas. Os trabalhos devem ser encaminhados à Secretaria do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (R. Albert Einstein 291, Campinas, SP, 13083-852) em três vias, ou por e-mail (revnepa@unicamp.br) com aviso de recebimento. Devem ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Carta com descrição do tipo de trabalho, contendo os nomes de todos os autores, endereços físicos e de e-mail, instituição à qual se encontra vinculado cada um, telefone/fax, e indicação do autor para correspondência. A carta de encaminhamento deve ser assinada por todos os autores. No caso de envio por e-mail, deverá ser escaneada e anexada à mensagem. Ela deve conter também declaração expressa de submissão somente à revista Segurança Alimentar e Nutricional e de concordância com a cessão dos direitos de reprodução gráfica à Revista, assinada por todos os autores.
- b) Na utilização de figuras e/ou tabelas de outras fontes, os autores deverão entregar documento de autorização de uso das mesmas.
- c) Em caso de pesquisas realizadas com seres humanos, deve ser apresentada cópia do parecer do Comitê de Ética ao qual foi submetida a pesquisa.

6.2. ORGANIZAÇÃO

6.2.1. Página de título

Devem constar: título do trabalho, nome(s) do(s) autor(es) por extenso, com indicação da filiação institucional, se houver. Deve também ser destacado um dos

autores, com nome, endereço, telefone, fax e e-mail, para contatos posteriores com a revista. Devem ser informados nesta página no mínimo três termos de indexação, na língua original e em Inglês.

6.2.2. Resumo

Os trabalhos devem apresentar resumos na língua original e em Inglês. No caso de trabalhos escritos em Inglês, deverá constar um resumo em Português, além do abstract. Os resumos devem conter até 200 palavras. O estilo deve ser narrativo, com descrição dos objetivos, métodos básicos adotados, e informação da população ou amostragem da pesquisa e métodos estatísticos, porventura, utilizados. Ainda devem constar os resultados e as conclusões mais relevantes, considerando os objetivos do trabalho. O resumo não deve, em hipótese alguma, conter citações bibliográficas ou abreviaturas sem definição.

6.2.3. Texto

Os trabalhos deverão seguir a estrutura formal para trabalhos científicos, com exceção dos manuscritos apresentados como Revisão.

6.2.4. Introdução

Esta seção deve conter revisão da literatura atualizada e pertinente ao tema, apresentando o problema, os objetivos e as justificativas que conduziram ao trabalho. O estilo deverá ser direto e conciso.

6.2.5. Metodologia

Deve conter descrição clara e resumida. Se as técnicas ou procedimentos utilizados já tiverem sido publicados, deverá ser mencionada a fonte bibliográfica, incluindo somente os detalhes que representem modificações substanciais ao procedimento original. A descrição deve conter:

- a) procedimentos adotados ou citação da fonte bibliográfica do procedimento original;

- b) universo da amostra;
- c) instrumentos de medida e, se houver, o método de validação;
- d) tratamento estatístico.

6.2.6. Resultados

Os resultados devem ser apresentados sempre que possível mediante o uso de tabelas e figuras, respaldadas por cálculos estatísticos. Tabelas e figuras devem ser limitadas a 10 no conjunto, numeradas de forma sequencial com algarismos arábicos e obedecendo a ordem de menção dos dados. As tabelas e figuras devem ser apresentadas de forma que sejam legíveis e autoexplicativas, com título breve. O autor deve se responsabilizar pela qualidade das figuras e tabelas, levando em consideração que irão ocupar o espaço de uma ou duas colunas (7 e 15 cm respectivamente).

6.2.7. Discussão

Deve ser breve e restrita aos aspectos significativos do trabalho, procurando explorar de forma científica e objetiva os resultados. Esta seção se caracteriza por apresentar comparações com outras observações já registradas na literatura. Caso a natureza do trabalho o permita. As seções de “Resultados” e “Discussão” podem alternativamente ser apresentadas em conjunto, sob o título geral de “Resultados e Discussão”.

6.2.8. Conclusões

Nesta seção, deve ser apresentado o significado prático ou teórico dos pontos mais relevantes do trabalho, considerando o tema da segurança alimentar e nutricional.

6.2.9. Agradecimentos

Espaço limitado a três linhas onde devem ser apresentados reconhecimentos especiais dos autores.

6.2.10. Referências bibliográficas

Sugere-se um limite de 40 referências, que devem seguir o estilo Vancouver. Sua adequação e exatidão são de responsabilidade exclusiva dos autores.

6.2.11. Citações no texto

As citações inseridas no texto do trabalho devem seguir o estilo Vancouver que, resumidamente contemplam:

- a) numeração seqüencial das citações com algarismos arábicos, colocados entre colchetes, seguindo a ordem em que forem mencionadas;
- b) os números correspondentes devem também constar da lista bibliográfica no final do artigo;
- c) sobrenome e iniciais (sem pontos) de todos os autores devem figurar, até o sexto autor. A partir daí, os nomes são omitidos e se escreve a expressão latina "et al.";
- d) é altamente recomendável consultar o site:
<http://www.lib.monash.edu.au/tutorials/citing/vancouver.html>

6.2.12. Citações na lista de referências

As referências citadas no texto devem ser colocadas em ordem numérica na lista de referências e devem obedecer ao estilo Vancouver.

Exemplos:

a) Livros

Belik W (org.) Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina. São Paulo: Hucitec; 2004.

Germano, MIS Treinamento de Manipuladores de Alimentos: fator de segurança alimentar e promoção da saúde. São Paulo: Livraria Varela; 2003.

b) Capítulos de livros

Martinelli, MA El Codex Alimentarius y la inocuidad de alimentos. In: Belik W (org.) Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina. São Paulo: Hucitec; 2004.

- c) Artigos apresentados em congressos, simpósios, encontros científicos e outros eventos

Ferrari RA & Silveira R. Valorização de sub-produtos da industrialização do maracujá – aproveitamento das sementes. In: Livro de resumos do XVII Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, v. 3; 2000 8 – 10 agosto; Fortaleza, Ceará: SBCTA; 2000. p. 11.91

- d) Artigos em periódicos

Dieterich W, Ehnis T, Bauer M, Donner P, Volta U, Riecken EO, Schuppan D. Identification of tissue transglutaminase as the auto antigen of celiac disease. *Nature Medicine*. 1997; 3:797-801.

- e) Dissertações, teses e relatórios

Fonseca MCP. Opinião dos consumidores sobre os riscos alimentares à saúde: o caso da carne bovina [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2005. 252 p.

Sumar-Kalinowski L. Amaranthus sp. El pequeño gigante, Relatório UNICEF. Cusco: UNICEF; 1986. p1-24. World Health Organization. Study Group on Diabetes Mellitus. Technical Report Series, 727. Second report. Geneva; 1985.

- f) Documento em formato eletrônico

Boog, MCF. Construção de uma proposta de ensino de nutrição para o curso de enfermagem. *Rev Nutr [periódico eletrônico]* 2002 [citado em 2002 jun 10]; 15(1). Disponível em: <http://www.scielo.br/rn>